



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Resumo da Reunião Extraordinária, CE 25/10/23 às 14h

I – IDENTIFICAÇÃO

79ª Reunião Extraordinária, CE

Finalidade: Instruir o PLS 49/2015, que “institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços”.

Requerimento (s): REQ 98/2023 - CE

II- RELATO DA REUNIÃO

Dada a abertura regimental da reunião a presidente convidou a mesa Sr. Fabiano Piúba Secretário de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura, o senhor Francisco Bilac Pinto, presidente da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), Marcus Teles C. Carvalho Diretor-Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL), participou de forma remota o presidente Dante José Alexandre Cid presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), João Scortecchi Diretor da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF NACIONAL), e a senhora Sevani Matos Presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL) por fim, senhora a Renata Miller não pode comparecer na audiência.

A presidente passou a palavra a Francisco Bilac.

OITIVA DO FRANCISCO BILAC

Após o cumprimento, o convidado iniciou o seu discurso descrevendo que ele é presidente da Associação Brasileira de Direito Reprográficos, uma associação criada em 1992, e com o objetivo de combater as cópias reprográficas não autorizadas. Ressaltou que antes eram máquinas



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

fotocopiadoras e com o passar do tempo o ilícito deixou de ser impresso e passou a ser digital.

Afirmou que o Pdf foi criado na mesma época que a BDR em 1992, foi derrubado cerca de 149763 (cento e quarenta e nove mil e setecentas e sessenta e três) livros não autorizados e até setembro de 2023, foram derrubados 130.776 conteúdos não autorizados. Essas denúncias partiram de autores, de editores e até de cidadãos comuns que fazem contato com eles e apontam o site que está reproduzindo o conteúdo sem autorização.

Continuou dizendo que mesmo após a notificação eles permanecem divulgados e com isso, tem que ir para as medidas judiciais para a retirada do conteúdo do site. Disse que já foram derrubados mais de 720.000 conteúdos na internet.

Além do mais, o convidado confirmou que está de acordo com o projeto de lei porque ele acha que a estrutura está muito sofrida, porque de acordo com ele não há uma livre iniciativa. Ressaltou que ocorreu um grande desconto nos livros sem autorização.

Finalizada a oitava do convidado Francisco a senadora comentou que o projeto de lei que eles estão debatendo é de autoria da governadora do Rio Grande do Norte. Logo em seguida convidou o Fabiano Piúba para iniciar a sua participação, mas o próprio convidado sugeriu que as entidades iniciassem a reunião, com isso foi chamado o sr. Dante José Alexandre Cid para iniciar seu discurso de forma remota.

OITIVA DO DANTE JOSÉ ALEXANDRE CID

Iniciou seu discurso agradecendo pelo convite e disse que o sindicato é uma instituição com 81 anos de existência. Ressaltou que o SNEL apoia totalmente o projeto de lei, pois afirmou que é fundamental para o ecossistema do livro no Brasil.

Continuou o discurso, dizendo que quando se fala de controle de preço em um país tão marcado, por esse problema de controle de preço. Afirmou que está longe da ideia da época dos planos econômicos e sim pelo contrário, e sim a redução do preço. Enfatizou que as pessoas têm que entender que o livro não é uma mercadoria qualquer igual as outras mercadorias e sim um principal pilar para a preservação da cultura e da preservação do país.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Disse que o problema é que colocam o preço lá em cima para que haja uma margem para discussão e afirmou que não é isso que eles querem, e sim um preço próximo do que o preço final vai ser praticado, ou seja, que todos os agentes do mercado façam uma redução sem temer pela sua quebra financeira. Afirmou que a melhor proteção desse mercado seria a regulamentação dos preços dos lançamentos.

Finalizada a oitiva do convidado a presidente disse que livro não tem preço mais o preço pode ter consequências, principalmente ao acesso à cultura, conhecimento entre outros. Logo em seguida passou a palavra para o convidado João Scortecci.

OITIVA DO JOÃO SCORTECCI

Após a apresentação do presidente do convidado, João Scortecci, ele iniciou seu discurso falando sobre o preço justo dos livros. Ressaltou que o mercado precisa ter saúde para poder trabalhar para que consiga continuar fazendo com que o livro continue sendo uma ferramenta muito importante para o conhecimento.

Finalizou seu discurso agradecendo pela atenção de todos, a presidente convidou o sr. Marcus Teles C. Carvalho para iniciar seu discurso.

OITIVA DO MARCUS TELES C. CARVALHO

O convidado iniciou explicando que, à primeira vista, muitas pessoas não gostam do controle de preços, mas isso se deve à falta de entendimento da lei. Ele argumentou que, após compreender a legislação, a maioria das pessoas a apoia. O orador mencionou que vários países, como França, Alemanha, Áustria, Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Argentina, México, Japão, Coreia, entre outros, adotaram leis semelhantes para regular o mercado de livros.

Ressaltou sobre a lei brasileira como "Lei Cortez", em homenagem a um livreiro antigo. Ele destaca que a lei busca garantir condições iguais de compra e venda entre todas as lojas virtuais no primeiro ano de lançamento de um livro, com um desconto máximo de 10%.

Ele esclareceu que a lei não se aplica a todos os livros, pois apenas cerca de 6% dos lançamentos anuais são impactados, excluindo livros escolares



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

e de catálogo. Ele argumentou que a legislação visa promover a concorrência, evitando o monopólio e a dominação de uma única empresa no mercado.

Destacou a importância da "bibliodiversidade" e explicou que a previsibilidade proporcionada pela lei é benéfica para as editoras. Ele argumentou que a concorrência predatória, especialmente de grandes empresas na internet, ameaça a diversidade cultural e educacional do país.

Ao abordar o histórico do mercado brasileiro, o orador mencionou o fechamento de grandes livrarias e redes varejistas nos últimos anos, argumentando que a tentativa de competir com preços muito baixos levou a prejuízos significativos.

Ele concluiu ressaltando que o objetivo não é reclamar da concorrência, mas sim da concorrência predatória que vende livros com prejuízo, prejudicando a sustentabilidade do mercado. O convidado enfatizou a necessidade de mais concorrência, diversidade e acesso aos livros para a população brasileira. Ele agradeceu a atenção e ofereceu uma apresentação mais detalhada sobre o assunto.

Finalizada a oitiva do convidado, a presidente convidou Sevani Matos, para expor seu discurso.

OITIVA DO SEVANI MATOS

No seu discurso, o convidado agradeceu à Senadora Teresa Leitão e destacou a importância da Lei do Preço Justo para Livros. Explicou que a legislação visa proporcionar uma competição mais equilibrada no setor, promovendo a bibliodiversidade e ampliando o acesso a uma variedade de livros e autores em todo o país. Salientou que a lei não tornará os livros mais caros, conforme indicado por estudos comparativos.

Destacou ainda o papel fundamental da legislação na proteção de toda a cadeia produtiva do livro, gerando empregos e fortalecendo a indústria editorial brasileira. Mencionou a missão da Câmara Brasileira do Livro na defesa do livro e fomento à leitura, buscando garantir que os livros alcancem todas as regiões do Brasil, incluindo pequenas cidades.

Finalizada a oitiva do convidado, a presidente convidou Fabiano Piúba para iniciar seu discurso.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

OITIVA DO FABIANO PIÚBA

No discurso, o convidado iniciou parabenizando a Senadora pela iniciativa de retomar a pauta da política do livro e leitura, especialmente o projeto de lei sobre preço justo. Mencionou disposição para colaborar na retomada da frente parlamentar mista do livro. Destacou a importância de integrar a discussão do projeto com a Política Nacional de Leitura e Escrita, mencionando a Lei do Livro de 2003 e a Lei da Política Nacional de Leitura e Escrita de 2018.

Apontou os quatro eixos do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) e destaca a contribuição do projeto de lei para a democratização do acesso ao livro e o desenvolvimento da economia do livro. Além disso, destacou o apoio da Presidência da República à agenda do livro e leitura, evidenciado pelos pronunciamentos do Presidente Lula. Informou sobre debates em andamento para criar um grupo técnico envolvendo diversos ministérios e instituições federais, visando a redução do preço do livro no Brasil.

Expressou o apoio do Ministério da Cultura ao projeto de lei, reconhecendo a necessidade de aprimoramentos. Enfatizou a coesão e consenso atual entre as instituições do setor, o que facilita a defesa da lei. Por fim, destacou a importância da lei na promoção da biodiversidade e no fortalecimento do ecossistema do livro, protegendo as pequenas livrarias e editoras.

Finalizada a oitiva dos convidados, a presidente falou três perguntas que foram feitas em comentários. A primeira é se existirá um parâmetro entre os preços dos livros físicos e digitais, a segunda é se a fixação de preços pode afetar os autores, editoras e comerciantes, e por fim se o aprovado o PLs 49/2015.

O convidado Francisco respondeu que cada editora trabalha de uma forma, mas o que nós vemos hoje, no mercado, da diferença entre o preço impresso e o digital, é que o digital está cerca de 30% mais barato do que o livro impresso.

O convidado Dante José Alexandre Cid respondeu que sobre a diferença de preços entre livros físicos e digitais, esclareceram que a lei



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

pretende estabelecer limites de desconto dentro de cada categoria, sem igualar os preços. Os comentários dos internautas refletem preocupações sobre a tributação, sugerindo isenção para livros e a defesa de diferenciação por critérios como curadoria e atendimento nas vendas.

O convidado, João Scortecci, complementou dizendo que quando fala dos 30%, nós estamos considerando preço de papel e preço de impressão, serviço gráfico. Esse número foi arredondado para 30% aproximadamente, mas está hoje entre 22% a 23% do preço, porque a produção do livro, toda essa parte de direito autoral, está dentro da primeira conta. Afirmou que quando se fala na segunda tem que se somar o custo do papel e o custo da impressão. É essa a diferença.

O convidado Marcus Teles c. Carvalho ressaltou que a lei proposta não determina os preços dos livros, deixando a cargo das editoras essa definição. A falta de previsibilidade nos descontos praticados por algumas empresas, que buscam vender a preços mais baixos, pode impactar a política de preços das editoras. A intenção é a promoção da queda nos preços dos livros para aumentar as vendas e incentivar o setor, que enfrenta desafios como a redução no número de livrarias no Brasil. A busca é por mais empresas, concorrência e preços acessíveis, evitando a concentração do mercado.

Logo em seguida o outro convidado Sevani Matos destacou que a lei se aplica a qualquer lançamento, independentemente do formato (físico, e-book ou audiobook). Ressaltou que, para o formato de e-book, não há custos de papel e impressão gráfica. No entanto, lembrou que há outros custos envolvidos na produção do livro, como tradução, preparação de textos, campistas, ilustradores, fotógrafos, entre outros, o que explica a diferença de preços entre o livro físico e o formato digital, destacou que o valor do e-book reflète os custos relacionados à produção e aos profissionais envolvidos na obra.

O convidado Fabiano Piúba finalizou a sua participação destacando uma questão importante relacionada à destinação dos valores arrecadados a título de multa, mencionando que o Instituto Fundo do Livro, Leitura, Literatura e Humanidades não existe. Ele sugeriu uma possível redação mais adequada, indicando que os valores revertidos pela multa teriam a destinação para a Política Nacional de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, a ser regulamentada por meio de instrumento próprio, como portaria ou decreto.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Complementou colocando o Ministério da Cultura à disposição da Senadora e da Comissão, destacando a importância de envolver o Ministério da Fazenda no processo, para garantir o sucesso e a aprovação da lei, que, segundo ele, promoveria a biodiversidade brasileira.

A presidente, ao fim da oitava, expressou sua gratidão pela presença e participação de todos os convidados e dos que acompanharam a audiência pelas redes sociais. Ela destacou a importância de uma lei possuir legitimidade social, e nesse caso, a trajetória desde 2015 até o desarquivamento da proposta demonstra um crescente apoio e consenso. A presidente ressaltou que essa lei chega com força e potencial para ser eficaz na sociedade.

Afirmou que o objetivo agora é a viabilidade social da lei, sua execução prática na vida da sociedade para melhorar a vida das pessoas. A Presidente incentivou a apresentação de emendas, e os interessados podem procurar seu gabinete ou a assessoria da Comissão para contribuir no diálogo e na elaboração do relatório.

Finalizada a oitava.